

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ELAINE BARBOSA DE JESUS OLIVEIRA**

**O PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AUDITORIA  
GOVERNAMENTAL PUBLICADA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS  
NO PERÍODO DE 2014 A 2017**

**CACOAL (RO)  
2018**

**ELAINE BARBOSA DE JESUS OLIVEIRA**

**O PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AUDITORIA GOVERNAMENTAL  
PUBLICADA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2014 A 2017**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Rondônia Câmpus Professor Francisco  
Gonçalves Quiles, como parte dos  
requisitos, para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Estela Pitwak  
Rossoni.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

O48p Oliveira, Elaine Barbosa de Jesus.

O perfil da produção científica em auditoria governamental publicada em periódicos brasileiros no período de 2014 a 2017 / Elaine Barbosa de Jesus Oliveira. -- Cacoal, RO, 2018.

23 f. : il.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Estela Pitwak Rossoni

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -  
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Auditoria Governamental. 2.Instituições. 3.Bibliometria. I. Rossoni,  
Estela Pitwak. II. Título.

CDU 657.6

---

Bibliotecário(a) Leonel Gandi dos Santos

CRB 11/753

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**  
**CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo Científico – TCC intitulado O perfil da produção científica em auditoria governamental publicada em periódicos brasileiros no período de 2014 a 2017, elaborado pela acadêmica Elaine Barbosa de Jesus Oliveira, foi avaliado pela banca examinadora em \_\_\_\_ de Junho de 2018, tendo sido \_\_\_\_\_.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Estela Pitwak Rossoni  
Presidente

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Ellen Cristina de Matos  
Membro

Prof<sup>º</sup>. Ms. Rogério Simão  
Membro

**CACOAL (RO)**  
**2018**

## **O PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AUDITORIA GOVERNAMENTAL PUBLICADA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2014 A 2017**

Elaine Barbosa de Jesus Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Auditoria Governamental tem como intuito verificar os procedimentos administrativos na análise das operações financeiras, demonstrações contábeis da entidade pública, buscando assessorar os governantes em sua gestão por meio de conselhos e, assim, elevar a responsabilidade administrativa. Neste sentido esta pesquisa teve como objeto de estudo as publicações científicas nacionais sobre auditoria governamental no período de 2014 a 2017, utilizando-se de procedimentos bibliométricos, tendo como objetivo geral demonstrar o perfil da produção científica dos últimos quatro anos na área de auditoria governamental, por meio de análises revisadas pelos pares, a partir dos quais se evidenciou o número de revistas e/ou periódicos, autores, e instituições que mais publicaram sobre o tema. Quanto à metodologia empregada, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. Os resultados obtidos evidenciam que a produção científica nacional na área temática e período selecionado, deste, estudo bibliométrico são poucos, nesse sentido, há um campo vasto a ser explorado para os pesquisadores interessados a contribuir com a construção do conhecimento da Auditoria Governamental. Por outro lado, a produção tanto de autores quanto de instituições foi limitada a um artigo cada. Registra-se a frequência de participações de autores solo, dupla, trio e quarteto em artigos dispersos e 2015 foi o ano em que mais se publicou e o desdobramento de tema mais frequente foi Auditoria Interna.

**Palavras-Chave:** Auditoria Governamental. Instituições. Bibliometria.

### **1 INTRODUÇÃO**

Devido à proporção de escândalos envolvendo gestores públicos no decorrer dos anos e a necessidade de uma prestação de contas mais transparente e fidedigna para a sociedade, parte principal interessada juntamente das empresas privadas nacionais e/ou internacionais que queiram vincular possíveis investimentos no país, verificou-se a carência de realizar um estudo para identificar os temas de maior relevância publicados nos últimos quatro anos (2014 a 2017) em auditoria governamental.

Ademais, como é possível observar notícias veiculadas nas mais diversas mídias, tem sido desencadeado o policiamento nas entidades públicas do Brasil de forma mais acirrada, o que por outro lado, tem instigado a evolução do trabalho dos auditores, em especial quanto ao

---

<sup>1</sup> Acadêmica Concluinte do curso de ciências contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia-Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Estela Pitwak Rossoni.

maior rigor de sua independência e neutralidade ao examinar a contabilidade patrimonial, orçamentária e financeira.

Por se tratar de um tema relevante, buscou-se analisar a produção científica no decorrer dos anos, a partir do interesse desta pesquisadora. Surgiu então, a seguinte pergunta: Qual o perfil da produção científica sobre o tema auditoria governamental publicada em periódicos brasileiros no período de 2014 a 2017?

Diante disso o objetivo geral foi demonstrar o perfil da produção científica dos últimos quatro anos na área de Auditoria Governamental, no período de 2014 a 2017. Como objetivo específico, buscou-se apontar as revistas e/ou periódicos, autores e instituições que tiveram maior divulgação no que se refere à auditoria governamental, bem como averiguação dos assuntos mais pesquisados.

Tem-se como relevante este estudo, por ser tratar de um assunto que abrange tanto o social quanto o acadêmico, demonstrando as principais divulgações científicas na área de auditoria governamental para que futuros pesquisadores conheçam o perfil desses e identifiquem os temas mais abordados na área.

Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem quantitativa, uma vez que, para alcançar este fim fez-se necessária uma investigação bibliométrica a partir da organização e análise dos dados segundo estratos ou variáveis das revistas e/ou periódicos, autores e instituições que mais divulgaram artigos científicos sobre auditoria governamental na contabilidade brasileira.

O presente trabalho tem sua estrutura teórica versando sobre a origem e finalidade da auditoria; a auditoria governamental e/ou pública; pesquisas anteriores à auditoria governamental; e bibliometria e/ou bibliográfica, abordando o conceito e fundamento destes subtítulos, tratando ainda, de como surgiu à auditoria no mundo e como chegaram ao Brasil, quais os órgãos fiscalizadores internacionais e/ou nacionais e os procedimentos administrativos relacionados às entidades governamentais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo é apresentada a fundamentação teórica relacionada ao objeto de pesquisa proposto, tais como: Conceitos, Origem e Finalidade da Auditoria e, especificamente sobre Auditoria Governamental. Também são apresentadas em tópicos à parte, Pesquisas

Anteriores sobre Auditoria Governamental e Pesquisas que tenham sido realizadas com utilização da Bibliometria e/ou Bibliográfica, abrangendo conceito e fundamento.

## 2.1 AUDITORIA: CONCEITO

A Auditoria é uma área de especialização da contabilidade com a finalidade de dispor a eficácia da fiscalização patrimonial com o intuito de exprimir seu julgamento sob um assunto estipulado (ATTIE, 1998, p. 25). Segundo Crepaldi (2011), consiste em fazer uma investigação para compreender e avaliar os elementos das transações, métodos, atos, práxis das demonstrações contábeis.

De acordo com a *International Organization of Supreme Audit Institutions – Intosai*, Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (BRASIL, 2017) que é um órgão responsável de propiciar a verificação de auditorias independentes e realizadas pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). O conceito de Auditoria inserido em seu glossário diz que Auditoria é o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se estes são executados e funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas (BRASIL, 2011).

Auditoria ainda é definida como um estudo realizado por uma pessoa independente da organização com a finalidade de abster do julgamento, devido às circunstâncias em dado momento da comparação do item avaliado e assim expressar sua opinião em relação à organização (BRASIL, 2012). Está é de extrema importância não somente para a empresa auditada, mas também serve de informações a terceiros, desempenhando seu papel social (SANTOS, 2003).

O *International Federation of Accountants* (IFAC), órgão criado em 07 de Outubro de 1977, na cidade de Munique, na Alemanha, no 11º Congresso Mundial de Contadores, com a finalidade de consolidar a profissão dos contadores em nível mundial de benefício público com o objetivo de contribuir no desenvolvimento de normas internacionais com o máximo de qualidade em auditoria, contabilidade e ética profissional. De também auxiliar a participação entre seus membros e/ou outras entidades internacionais e, assim, servindo de instrumento em forma de assessoria internacional para a profissão contábil (IFAC, 2017). Brasil (2011) conceitua auditoria da seguinte forma: Auditoria é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de habilitá-lo a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar a eles maior credibilidade.

## 2.2 ORIGEM E FINALIDADE DA AUDITORIA

De acordo com Brasil (2012), há uma grande discursão sob a origem da auditoria por especialistas, outrora não sendo unânimes quanto à questão. Na Inglaterra, onde ocorreram fiscalizações das receitas públicas e do tesouro (comparação dos valores arrecadados e confronto do conhecimento financeiro das pessoas em relação à ambição pelo trono e o despendido na corte).

Os imperadores romanos intitulavam funcionários que ficavam responsáveis pela fiscalização de todas as ações financeiras dos gerentes, os quais deveriam informá-los de forma verbal. O termo Auditoria, do latim, *audire* que significa ouvir. Devido à grande economia e comércio, a Inglaterra, tinha domínio sobre os mares e absoluto controle do mercado mundial, sendo primária em dispor de grandes companhias e em instaurar taxas sobre imposto de renda, visando os lucros das organizações, deu início à auditoria e fortaleceu-se ao longo do tempo.

Ignorada a data exata do surgimento da auditoria antes de 1914, após a referida data foi criada a função de auditor do Tesouro na Inglaterra. Em 1559 houve a regularização da auditoria referente aos honorários a servidores públicos pela Rainha Elizabeth I. No ano de 1880, na Inglaterra e 1986 nos Estados Unidos, constituição da Associação dos Contadores Públicos Certificados (AICPA) e em 1894, constituição do Instituto Holândes de Contadores Públicos. Por fim, em 1934, nos Estados Unidos constituição do *Security and Exchange Commission* (SEC) – Comissão de Valores Mobiliários.

Após o surgimento do SEC, em 1934, nos Estados Unidos, o cargo de auditor torna-se relevante, devido à imposição a entidades que realizavam negócios com a Bolsa de Valores a fazerem jus dos serviços prestados pela auditoria e assim oferecer maior confiabilidade em suas demonstrações financeiras.

No Brasil, a auditoria surgiu após a fundação de organizações internacionais de auditoria independente, seguida dos investimentos estrangeiros aqui inseridos, dessa forma tornando imprescindível a auditoria de suas demonstrações.

As primeiras atuações de auditoria no Brasil foram devido ao auxílio das filias de entidades internacionais; patrocínio de entidades brasileiras por entre organizações estrangeiras; expansão das firmas brasileiras e a necessidade da dissolução e modificação do movimento econômico; crescimento do mercado de capitais; surgimento das normas de auditoria pelo Banco Central do Brasil em 1972, e em 1976, constituição Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Lei das Sociedades Anônimas (ATTIE, 1998, p. 28-29).



## 2.3 AUDITORIA GOVERNAMENTAL E/OU PÚBLICA

A Auditoria Governamental ou Pública está relacionada a todas as entidades governamentais. A pública municipal e estadual são auditadas por auditores independentes ou federais, e podem ocorrer em forma de programas, cargo ou fundos específicos, tendo como objetivo principal a compreensão de como os diretores e executivo administram as receitas e gastos públicos, todavia a prestação de contas dos mesmos à sociedade (FARIAS *et al.*, 2012).

A Auditoria Governamental tem como finalidade verificar os procedimentos administrativos referentes ao processo público, da organização pública federal, planejamento de governo, ofício, entre outros. Com intuito de dar sua opinião em relação à administração no que tange à eficiência, à eficácia e à economicidade, buscando assessorar o governo na gestão e nos resultados por meio de conselhos que tendem a aperfeiçoar os procedimentos, ampliar o controle e elevar a responsabilidade administrativa (BRASIL, 2001).

Conforme Mendes *et al.*, (2008), a auditoria governamental é conceituada como uma área de especialização da auditoria, direcionada para administração pública direta e indireta assimilando a auditoria interna e externa, contemplando o patrimônio e o interesse da sociedade, sendo esta um repertório, cuja finalidade é a análise das operações financeiras, atos, práticas e demonstrações contábeis da entidade. Tendo também, como intuito, oferecer aos usuários um parecer neutro, cuja base esteja em conformidade com as normas e princípios de auditoria.

Diante disso, os autores afirmam que é de suma importância as atribuições sociais desenvolvidas pelo controle interno e externo, haja vista que a entidade auditada é pública. Esses órgãos de acordo com a lei, tendo como fim, assessorar os administradores no seu exercício e expõem artifícios no combate à corrupção, com domínio e clareza no uso de suas atividades.

No Sistema de Controle Interno a auditoria tem como finalidade examinar a gestão pública por meio de normas e conclusão quanto à aplicação dos rendimentos públicos de uma determinada entidade, assim confrontando os resultados (DOMINGOS, 2009, p. 164).

Na gestão pública a auditoria tem por objetivo conforme definição do art. 74, inciso II, da Constituição Federal, de verificar a legalidade e investigar os resultados, no que tange à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial em órgãos e entidades da administração federal, no que diz respeito aos investimentos de recursos públicos por entidades de direito privado (BRASIL, 1988).

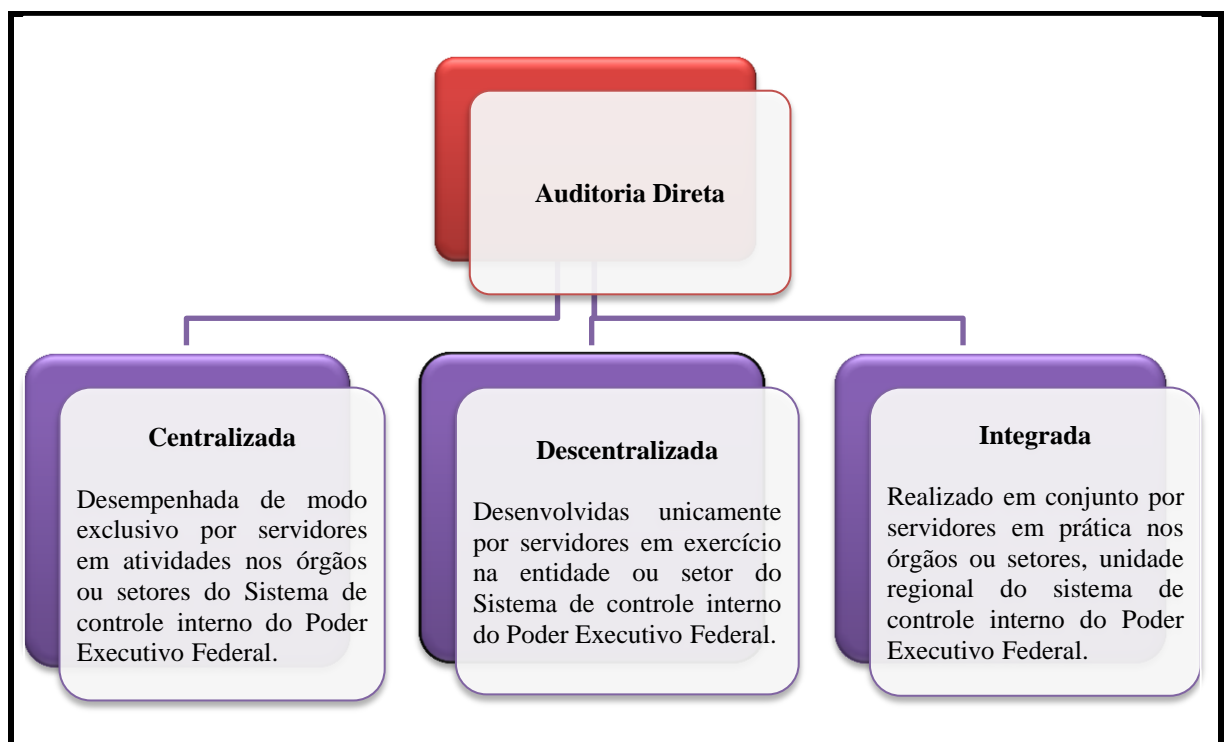
De acordo com Chaves (2010), a auditoria tem como objeto principal assegurar resultados operacionais na gestão pública, o qual deve ser exibido no cotidiano das organizações e nas entidades como um todo, visando o objeto de maior relevância que tenha relação na análise de programa de governo e, na administração pública, Auditoria governamental analisa os atos e fatos levados a efeito no setor público.

Chaves (2010) classifica a auditoria no sistema de controle interno (SCI) da seguinte forma:

- a) na auditoria de gestão sua contribuição ao emitir opinião é de verificar a consistência das contas do administrador, visando à certificação da legalidade de seus atos, da dignidade na aplicação dos recursos públicos, no gerenciamento de quantia e bens da União, na eficiência do controle da gestão e da contabilidade, na apreciação dos resultados e no cumprimento dos programas governamentais;
- b) a auditoria de acompanhamento da gestão tem por finalidade adiantar as atividades da auditoria de gestão, a qual é praticada no decorrer do exercício, trabalhando no cotidiano sob a ação de uma unidade, procurando demonstrar benfeitoria e controle dos gastos no processo;
- c) na auditoria contábil busca-se provar os valores nas demonstrações financeiras e contábeis das organizações, mediante a investigação dos registros contábeis e documentos que servirão de apoio. Contudo, caso existam recursos decorrentes de empréstimos externos, equivale na observação de sua aplicação com o intuito de dar um parecer sobre a acomodação e confiança das demonstrações financeiras;
- d) a auditoria operacional ou de desempenho tem por objetivo averiguar as ações administrativas e os sistemas operacionais das entidades, atividades, projetos, entre outros. Esta auditoria tem por finalidade orientar os gestores públicos, visando aperfeiçoar seus hábitos administrativos e os procedimentos informatizados.
- e) o quesito auditoria operacional, significa verificar os meios e procedimentos operacionais, se os recursos são utilizados com eficiência e se tem atingido seu alvo. Por intermédio, desta, se faz uma análise da eficiência, da eficácia, da economicidade e da legalidade de uma administração.

Segundo Domingos (2009, p. 166) a auditoria especial, cujo objeto principal é examinar os acontecimentos de maior proporção que não sejam comuns ou extraordinários, é praticada para responder a autoridade competente.

Chaves (2010) ainda explana sobre as formas de execuções das auditorias no sistema de controle interno (SCI). Auditorias diretas são aquelas realizadas diretamente por servidores em suas atribuições nas organizações e entidades do sistema de controle interno do poder Executivo Federal, que se divide em: centralizada, descentralizada e integrada, conforme figura 1.



**Figura 1 - Tipos de Auditoria Direta**

**Fonte:** Adaptado de Chaves (2010).

A auditoria indireta está relacionada às atividades desempenhadas por meio da cooperação dos servidores que tenham conhecimento nas organizações e entidades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, que desenvolvam suas atividades em qualquer entidade da administração pública ou privada.

De acordo com Domingues (2009, p 167) no que se refere à auditoria compartilhada, é planejada pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, com assessoramento de institutos públicos. Quanto à auditoria terceirizada é desenvolvida por órgãos privados, o que quer dizer por instituições de auditoria externa.

Por fim, a simplificada é aquela feita por meio eletrônico, especificamente, para órgãos membros do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do qual a benfeitoria não está ligada na locomoção da equipe até a unidade. Esta auditoria presume o uso de indicadores de desempenho que dão respaldo no parecer do agente observador das práticas de controle.

## 2.4 PESQUISAS ANTERIORES SOBRE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Neste subtítulo buscou-se apresentar pesquisas já realizadas sobre a temática Auditoria Governamental a fim de conhecer os antecedentes teóricos e também buscar inspirações quanto ao método. Com base nas pesquisas científicas observadas nos estudos de Mafra *et al.* (2015) pode-se entender que Auditoria Governamental são princípios de informações, até mesmo provas antecedentes de solução de possíveis problemas nesse assunto. Contudo, subentende-se que uma pesquisa bibliométrica visa colaborar com clareza do reconhecimento bibliográfico e a relevância do levantamento de pesquisas porvir em auditoria governamental. Esses pesquisadores tiveram à sua disposição riquíssimas informações que contribuíram de forma significativa com os estudos, a partir de revistas e/ou periódicos.

O estudo de Mafra *et al.* (2015) foi selecionado para orientar os procedimentos metodológicos da presente proposta de pesquisa uma vez que se entendeu que o mesmo pode ser explanado por sua importância da auditoria governamental na coletividade, por meio da averiguação de bibliografias apropriadas servindo como auxílio para compressão.

Igualmente porque é relevante ao demonstrar um procedimento organizado de pesquisa no referencial teórico, sendo aplicado em quaisquer temas. Nessa pesquisa localizam-se artigos que expõem pesquisas realizadas em diversos países, tais como: Argentina, Brunei, Canadá, Etiópia, EUA, França, Holanda, Indonésia, Romênia, Suécia e Suíça. Desse modo, a circunstâncias apresenta a importância da auditoria governamental no mundo.

Vale ressaltar que apenas a China, país emergente em sua economia e com o governo de apenas um partido foram identificados cinco artigos com referência à auditoria governamental.

Pode ser observado na busca por artigos internacionais que trata de auditoria governamental, no período de 2003 a 2013 (publicação 2015), e que o tema mais controverso foi a auditoria de desempenho. Contudo relacionadas a publicações brasileiras, esta também sobressai nesta categoria (HEDLER; TORRES, 2009; GRACILIANO *et al.*, 2010; RIBEIRO

FILHO, 2010; KERBER; SIQUEIRA, 2012; MAFRA *et al.*, 2015). Pode-se notar que nos artigos internacionais que fazem menção à Auditoria de desempenho, uma expressão que merece destaque é a escassez de indicadores de desempenho o que impossibilita a análise dessas auditorias.

Um impasse certo ou duvidoso, porém que leva a discussões é a preferência da auditoria da regularidade e/ou desempenho no ramo da auditoria governamental, ainda que exista fundamento que finda diferentes situações.

Devido a corrupção ser assunto mundial, sendo tema oferecido em uma Convenção das Nações Unidas, de acordo com Mafra *et al.*, (2015) apenas três artigos que apresentava de forma direta ao devido tema, vale frisar que o artigo é dos mais citados, tratando-se de auditoria e a sua independência. No que se refere à auditoria governamental que de forma direta, está amarrado à política, é imprescindível a imparcialidade e primordial que as auditorias governamentais mantenham o equilíbrio com simpatia e empenho em sua análise.

Uma transformação que pode ser notada no Reino Unido é a admissão de auditorias privadas com o objetivo de investigar o quadro do setor público local. Esta deu surgimento a novas auditorias ficando de fora o sistema público em auditoria, conhecido como auditoria de poltrona, a qual qualquer pessoa tem a sua disposição as informações por meio de *sítio* eletrônico supervisionar o governo, fazer a verificação dos contratos executados por empresas motivadas nesta parcela de comércio e acusar alguma inconsistência.

Com intuito de ter conhecimento no âmbito brasileiro, teve como objeto a verificação de pesquisa científica em auditoria. Outros trabalhos, que tiveram como análise de pesquisa científica artigos com referência à auditoria, partindo-se dos principais autores e periódicos publicados.

Realizou-se uma comparação entre as pesquisas relacionadas à auditoria governamental publicados em periódicos brasileiros e estrangeiros na área contábil, podendo-se concluir que a Auditoria Governamental é um dos assuntos menos abordado pelos pesquisadores (MAFRA *et al.*, 2015).

## 2.5 BIBLIOMETRIA E/OU BIBLIOGRÁFICA: CONCEITO E FUNDAMENTO

A bibliometria é a conjunção do grego *biblion* com o latim *metricus*, que significa livro de mensuração, ou seja, fazer uma estimativa de documentos, podendo ser aplicado o padrão matemático e estatístico com a finalidade de explorar o que se tem de conhecimento em uma área específica. Haja vista, que a bibliometria tradicional não está fundamentada na

pesquisa dos assuntos publicados, mas, busca focalizar no quantitativo relacionado ao conteúdo que surge em vários documentos, proporcionando a organização de dado em grande escala.

Os saberes tendem a mudar de qualitativo para quantitativo, é como acontece nas ciências exatas, daí o conhecimento dos livros e documentos, chamado de bibliografia e propenso a pesquisa. A princípio, foi aplicada com intuito de se obter a quantidade de frases e conjunto de ideias, por exemplo, a averiguação da bibliometria está voltada para estudar todo e qualquer tipo de documentos e fazer uma análise minuciosa da produtividade de autores e citações, disponibilizando as informações por meio de acessos *on-line*.

A mesma tem como praxe multidisciplinar identificar hábitos na literatura, tais como obras e autores renomados, em assunto e ano distintos referentes ao um determinado tema abordado, se voltada para analisar um campo científico, chama-se de cienciometria e/ou cientometria, se referindo à produção científica propriamente dita. Sendo assim, revisão bibliométrica é a metodologia utilizada em uma análise quantitativa que pode resultar em um aspecto qualitativo embutido num determinado tema de uma revisão literária (MOSCARDI *et al.*, 2017).

Bibliográfica trata-se do conhecimento que serve como suporte de um material publicado em obras, revistas, jornais, *sites*, ou seja, de fácil acesso para sociedade. Proporcionar uma ferramenta crítica que servirá de instrumento de pesquisa ou findar-se por si (VERGARA, 2010).

De acordo com Vanti (2002) e Fonseca (1973) ainda que para alguns autores tais como Lawani e Senguptal, a palavra bibliometria seja de autoria de Alan Pritchard, em 1969, ambos relatam que a primeira pessoa a pronunciar esta palavra foi Paul Otlet em seu livro *Traité de documentation*, de 1934. Haja vista que Pritchard tornou conhecido o termo “bibliometria” no momento em que insinuou a substituição da expressão “bibliografia estatística”, que era pronunciada desde 1922 por Edward Wyndham Hulme numa conferência na Universidade de Cambridge, quando citou o conhecimento de Cole & Eales de 1917, relativo à separação e o confronto de pesquisa estatística de uma bibliografia.

Na Conferência da *Association of Special Libraries and Information Bureaux* – ASLIB Associação de Bibliotecas Especiais e Gabinetes Informativos que ocorreu em 1948, propôs aos bibliotecários a expandir a “bibliotecometria”, haja vista que os mesmos já tratavam com um número considerável. Apenas em 1969, no seminário que ocorria anualmente do *Documentation Research and Training Centre* – DRTC veio a público um

trabalho modelo de pesquisa na Biblioteconomia. Daí o surgimento de *Ranganathan* o bibliotecário na descoberta alcançada no DRTC que Neelameghan, em 1969, descreveu a valia da bibliotecometria e/ou bibliometria.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa proposta pode ser classificada como exploratória e descritiva, com intuito de obter uma visão mais aguçada quanto à produção científica em auditoria governamental publicadas em periódicos brasileiros no período de 2014 a 2017 sobre inspiração do método bibliométrico (GIL, 2010).

Conforme Vergara (2010) a pesquisa descritiva tem como revelar o perfil definido das pessoas ou acontecimentos, visando, também, tornar público o perfil das estruturas de auditorias sociais no momento. Também demonstrar equiparação entre variante e expor sua condição, não tendo obrigação de esclarecer os eventos que relata, ainda que seja aproveitada para reprodução.

Esta pesquisa tem como fim identificar as seguintes variáveis: revistas que mais publicaram artigos sobre auditoria governamental nos últimos quatro anos, bem como, evidenciar um panorama atualizado das informações sobre o tema abordado, por fim descrever os aspectos e procedimentos utilizados nesta pesquisa.

No que se refere ao método aplicado, à pesquisa tem como característica bibliográfica do conhecimento de abordagem quantitativa, exploratória e descritiva. Quanto à essência, está relacionada à pesquisa bibliográfica e a técnica de coleta de dados foi, por meio, de formulários, uma vez que, foram utilizados materiais disponíveis para a sociedade (VERGARA, 2010).

O presente estudo tem como finalidade fazer um levantamento quantitativo quanto às publicações relacionadas à “Auditoria Governamental” especificamente, no decorrer dos últimos quatro anos.

A princípio, para realizar o estudo bibliográfico foi escolher as palavras-chave para o assunto. As palavras utilizadas foram “Auditoria Governamental” e “Auditoria Pública” com emprego das aspas para delimitar de forma mais favorável o tema, após a definição das palavras-chave portou-se a consulta no Portal Capes, Google Acadêmico.

As informações foram reunidas por meios de documentação indireta, ou seja, revistas e/ou periódicos, em seguida evidenciadas as referências por intermédio de *website*, tendo como exemplo, Word e Excel. O resultado desta pesquisa é exposto mediante tabelas e/ou

esboço, com intuito dar maior clareza aos resultados obtidos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A presente pesquisa teve como finalidade expor os principais assuntos divulgados na área de auditoria governamental no período de 2014 a 2017, e assim, evidenciar as revistas e/ou periódicos, autores e instituições que obtiveram maior número de publicações e os métodos utilizados.

A análise bibliométrica da pesquisa foi elaborada com base em 10 (dez) artigos publicados em Revista e/ou Periódicos no período de 2014 a 2017, utilizando-se das palavras chave “Auditoria Governamental” e “Auditoria Pública”, seguido dos filtros de idioma “Português”, “Artigos”, “Revisados por Pares” e anos “2014-2017”. Procedendo da mesma forma, foram encontrados 08 (oito) artigos no Google Acadêmico em períodos distintos e 02 (dois) artigos no Portal Capes no ano de 2015. Dentre os 08 (oito) artigos encontrados por meio de busca no Google Acadêmico, 01 (um) é do ano de 2014, 04 (quatro) de 2015, 01(um) de 2016 e 02 (dois) artigos de 2017. Pôde ser observado que o ano com maior número de publicações foi o de 2015 e menor 2014 e 2016, valendo ressaltar que o *site* com quantidade maior em edições foi o Google Acadêmico, conforme a Tabela 1.

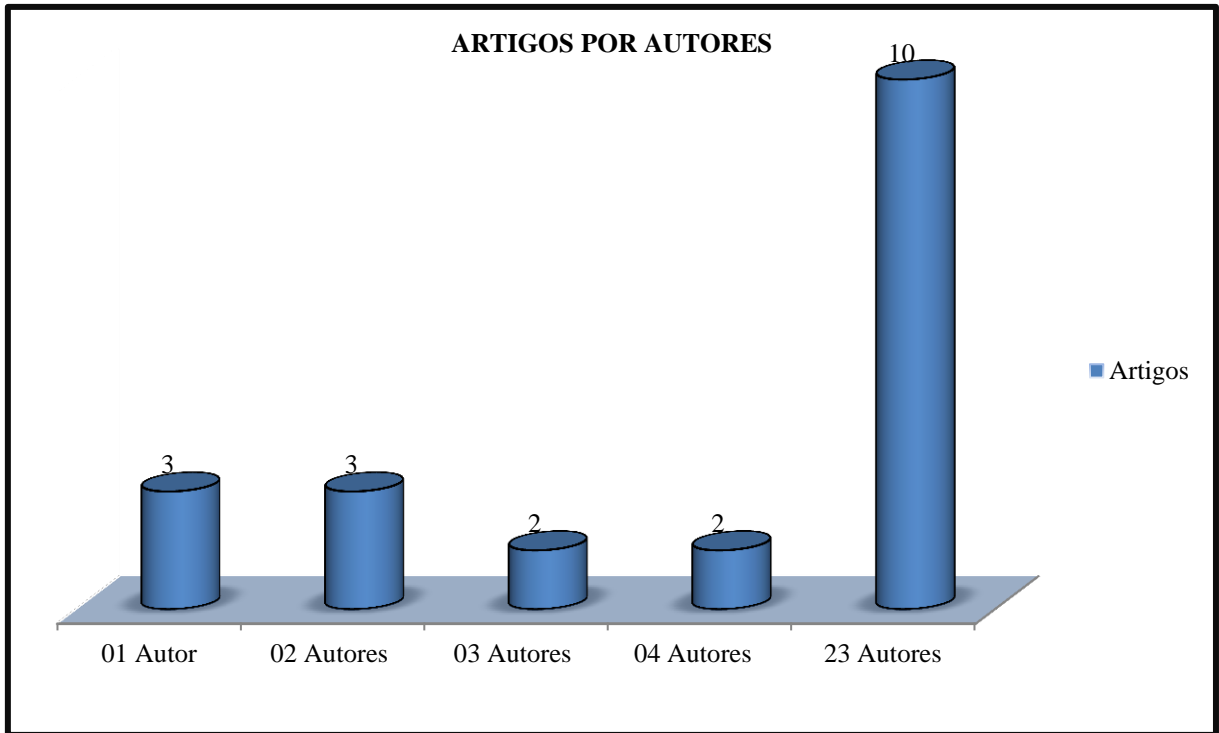
**Tabela 1:** Quantidade de artigos publicados em Revistas e/ou Periódicos no período de 2014 a 2017.

Ano	2014	2015	2016	2017	Total
Google Acadêmico	01	04	01	02	08
Portal Capes	-	02	-	-	02
Total de Artigos	01	06	01	02	10

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

O apanhado dos autores quanto às publicações realizadas em periódicos no período de 2014 a 2017, expõe que dos 23 autores, houve 03 (três) artigos com um único autor, 03(três) artigos com 02 (dois) autores apenas, 02 (dois) artigos com 03 (três) autores, por fim, 02 (dois) artigos com 04 (quatro) autores. A quantidade de autores por artigo publicado pode ser visualizado na Figura 2 abaixo:





**Figura 2 - Quantidade de autores por artigos**

**Fonte:** Dados de pesquisa (2018)

Visando demonstrar os autores e vínculos com as instituições, temas que mais publicaram neste período, como: quanto à participação dos autores se individual, duplas, trios ou quarteto, se ocorreram em anos distintos e os métodos utilizados, elaborou-se a Figura 3 para melhor visualização.

Autores	Nº de Autores	Títulos dos Artigos	Ano	Métodos	IES
Criley Do Carmo Dalto; Valcemiro Nossa; Antonio Lopo Martinez;	03	Recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acórdãos do tribunal de contas da união (TCU)	2014	Bibiométrico	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças-FUCAPE Universidade de São Paulo-USP Fundação Getúlio Vargas-FGV
Marcelo da Silva Mafra; Ricardo Suave; Jerónimo Taundi; Luiz Alberton;	04	Características da literatura internacional sobre auditoria governamental	2015	Bibiométrico	Universidade Federal de Santa Catarina
Michelle Rossini Crepaldi;		A importância da	2015	Bibiométrico	* Sem identifica

Continua...

...continuação da Figura 3

Vinicius Rafael Bianchi;	02	Auditoria interna	2015		ção de Instituição
Henrique César Melo Ribeiro;	01	Análise das pesquisas sobre auditoria publicadas em periódicos brasileiros	2015	Bibiométrico	Universidade Nove de Julho
Aline Klozovski Joay; Márcio Luiz Bernardim; Sílvia Roberto Stefano; Marcia Aparecida Zampier;	04	Auditoria interna em recursos humanos: processo de contratação de estagiários em uma universidade pública.	2015	Bibiométrico	Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO Universidade Vale do Itajaí-UNIVALI Universidade Federal do Paraná
Jennifer Isabel Arroyo Chacón;	01	Auditoria governamental e tipos de serviços de auditoria prestados pela equipe de auditoria governamental	2015	*sem especificação	Universidade Federal do Paraná
Alexandre Pandino Azevedo;	01	Efeitos da Auditoria na melhoria da Gestão Pública: a implementação das recomendações de auditoria, pode ser uma ferramenta estratégica na melhoria da gestão pública?	2016	Bibiométrico	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Lethícia Dutra Leal Ferreira Fernandes; Talilian Joelma Borges; Maurício Cezar Resende Leite Junior;	03	Auditoria e controle interno no setor público e sua contribuição para a democracia	2017	Bibiométrico	Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL Universidade do Vale do Rio Verde-UNINCOR
Gentil Jose Pereira de Melo; Simone Bastos Paiva;	02	Benefícios potenciais da auditoria operacional para a administração pública: a percepção dos auditores do TCE/PB	2017	Bibiométrico	Instituto de Educação Superior da Paraíba Universidade Federal da Paraíba

**Figura 3: Autores e Temas dos artigos publicados em periódicos de 2014 a 2017.****Fonte:** Dados de artigos (2018)

Como pode ser elucidado na Figura 3 acima, entre os 10 (dez) artigos publicados no período de pesquisa apenas 02 (dois) deles tiveram como tema a “Auditoria Governamental”, sendo estes os artigos que trouxeram a abordagem do assunto “Características da literatura internacional sobre auditoria governamental” e “Auditoria governamental e tipos de serviços de auditoria prestados pela equipe de auditoria governamental”, ambos divulgados no ano de 2015.

As informações demonstradas que as instituições divulgaram apenas um artigo cada, em todo o período que foi objeto da pesquisa, é a relevância dos assuntos, por ser dispersos a “Auditoria Governamental”, dentre as 14 (quatorze) instituições, exceto 02 (dois) obtiveram como tema à “Auditoria Governamental”, sendo Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Paraná.

Os periódicos que divulgaram seus trabalhos científicos foram: ENAP; Revista Universo Contábil; Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Revista eletrônica Gestão & Sociedade; Revista ASAA; RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia; Revista de Contabilidade e Controladoria; Revista da Universidade Vale do Rio Verde; Comunicação & Mercado UNIGRAN; Revista Ambiente Contábil. Conforme a tabela 2.

**Tabela 2:** Periódicos com mais artigos publicados nos anos de 2014 a 2017

<b>Periódicos</b>	<b>Números de Artigos</b>
ENAP	01
Revista Universo Contábil	01
Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	01
Revista eletrônica Gestão & Sociedade	01
Revista ASAA	01
RACE	01
Revista de Contabilidade e Controladoria	01
Revista da Universidade Vale do Rio Verde	01
Comunicação & Mercado UNIGRAN	01
Revista Ambiente Contábil	01
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

Todavia é possível verificar que dentre os 10 (dez) artigos encontrados no período especificado, ocorreu apenas uma única exposição de periódico no ano que foi objeto desta pesquisa.

Dado a relevância do tema pesquisado, nota-se que no Brasil foram identificados dois artigos relacionados à Auditoria Governamental. Entretanto, quando confrontados com outros países como a China, por exemplo, esta teve cinco publicações no período de 2003 a 2013,

segundo Mafra (2015). Ou seja, que ambos os países levam em média dois anos para fazer uma divulgação, sendo escassa a análise de pesquisas científicas com este título.

Contudo observou-se que o tema mais controverso foi Auditoria Interna. Outrora, no período de análise feito por Mafra (2015) era auditoria de desempenho. Nota-se que houve uma mudança na abordagem do assunto, pois, na verificação dos temas observou-se que a auditoria interna está voltada para entidades governamentais, haja vista, que existem poucos pesquisadores na área não ocorrendo participações em mais de um artigo e, geralmente, quando elaborados é em dupla, trio ou quarteto.

Por fim os métodos mais utilizados na divulgação dos artigos encontrados foram a bibliometria.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da bibliometria é possível obter um conhecimento vasto de informações em uma área específica, sendo um instrumento eficaz na produção de trabalhos científicos. A presente pesquisa propôs evidenciar o quantitativo em publicações no Portal Capes e Google Acadêmico no que se referem aos autores, as instituições e as variáveis revistas e/ou periódicos, métodos mais empregados, cujo tema tivesse alguma relação com Auditoria Governamental.

A análise deste estudo buscou demonstrar os assuntos relevantes na área de Auditoria governamental e o quanto se tem de produções científicas brasileiras dentre o período de quatro anos, evidenciando a escassez do conhecimento e em contrapartida instigarem futuros pesquisadores nas escolhas de temas, pois, o assunto encontrado com maior abordagem foi auditoria interna.

Recomenda-se como pesquisas futuras a averiguação da produção científica sobre auditoria governamental em municípios brasileiros delimitando ao um Estado específico, por meio de periódicos. Devido à ausência de conteúdo o que contribuiria para possíveis comparações.

Compreende-se limitada as exposições científicas nacionais para o tema e período pesquisados, considerando a sua relevância para sociedade.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 25, 2829.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência**. IV Congresso consad de gestão pública, centro de convenções Ulysses Guimarães, Brasília-DF, 25 a 27 de Maio, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/uso/Downloads/NOTA%20DE%20SAÍDA/C4\_TP\_A%20AUDITORIA%20GOVERNAMENTAL%20COMO%20INSTRUMENTO.pdf>. Acesso em: 08 Out 2017.

BRASIL. CGU – Controladoria Geral da União (2001). Castro, Domingos Poubel de. **Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal**. Brasília. Cap: IV. Seq: II. p 33. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoesnormativas/in-01-06042001.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2017.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10630501/artigo-74-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 17 Nov 2017.

BRASIL. TCU – Tribunal de Contas da União. Boletim do Tribunal de Contas da União, (2011). **Normas de Auditoria do Tribunal da União**. Especial. Revisão, 2011, p 15. Disponível em: [http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4\\_bra\\_TCU\\_portaria.pdf](http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4_bra_TCU_portaria.pdf)>. Acesso em: 13 Nov. 2017.

BRASIL. TCU – Tribunal de Contas da União. Intosai – *International Organization of Supreme Audit Institutions*, (2017). **Norma para Auditoria em Conformidade**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/auditoria/normas-internacionais/>>. Acesso em: 13 Nov. 2017.

CHAVES, Renato Santos. **Auditoria e Controladoria no Setor Público. Fortalecimento dos controles internos**. Com jurisprudência do TCU. 1º ed. Curitiba: Juruá, 2010, p 19.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 02.

DOMINGOS, Poubel de Castro. **Auditoria e Controle Interno na Administração Pública - evolução do controle interno no Brasil: código de contabilidade de 1922 até a criação da CGU em 2003**. Guia para atuação das auditorias e organização dos controles internos nos Estados Unidos, Municípios e ONGs. 2º ed. São Paulo: Atlas 2009, pp. 164, 166-167.

FARIAS, Sueli; SCHULZ, Juliana Pires; BELLATO, Rita Lucia; ALBERTON, Luiz. **A auditoria e os procedimentos de amostragem nas instituições federais de ensino superior da região sul do Brasil: aspectos gerais e específicos ao ano de 2010**. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v.9, n.18, p.23-40, jul/dez, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/uso/Downloads/NOTA%20DE%20SAÍDA/AUDITORIA%20E%20PROCEDIMENTOS%20DE%20AMOSTRAGEM.pdf>. Acesso em: 02 Nov 2017.

FONSECA, Edson Nery da. **Bibliografia estatística e bibliometria: uma reivindicação de prioridades.** Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 2, n.1, p. 5-7, 1973. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17043>>. Acesso em: 14 Nov. 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRACILIANO, Erivelton Araújo; FILHO MOREIRA, José Cláudio; NUNES, Alessandra de Paiva; PONTES, Fernando César de Melo; ZAMPA, Fabrício Felício. **Accountability na administração pública federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU.** Revista Pensar Contábil, v. 12, n. 47, pp. 43-51, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/uso/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Graciliano\\_Moreira\\_Nunes\\_Pontes\\_Zampa\\_2010\\_Accountability-naadministraca\\_118.pdf](file:///C:/Users/uso/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Graciliano_Moreira_Nunes_Pontes_Zampa_2010_Accountability-naadministraca_118.pdf)>. Acesso em: 08 Out 2017.

HEDLER, Helga Cristina; TORRES, Cláudio Vaz. **Meta-avaliação de auditorias de natureza operacional do Tribunal de Contas da União.** RAC – Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 7, p. 468-486, Jul./Ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n3/v13n3a08>>. Acesso em: 07 Dez 2017.

IFAC – *International Federation of Accountants*. **Sobre a IFAC. História.** Disponível em: <<https://www.ifac.org/about-ifac/organization-overview/history>> Acesso em: 13 Nov 2017.  
ISC – Instituto Serzedello Corrêa. **Auditoria Governamental: conceitos e classificações de auditoria. Módulo 1, Aula 1: Fundamentos de auditoria. Tópico 2.** Abril, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/uso/AppData/Local/Temp/Temp2\\_2509921.ZIP/Aud%20Gov%20%20Módulo%201/Mod1\\_Aula1\\_T2.pdf](file:///C:/Users/uso/AppData/Local/Temp/Temp2_2509921.ZIP/Aud%20Gov%20%20Módulo%201/Mod1_Aula1_T2.pdf)>. Acesso em: 13 Nov 2017.

ISC – Instituto Serzedello Corrêa. **Auditoria Governamental: origem e evolução da auditoria. Módulo 1, Aula 1: Fundamentos da auditoria. Tópico 1.** Abril, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/uso/AppData/Local/Temp/Temp1\\_2509921%20\(2\).ZIP/Aud%20Gov%20%20Módulo%201/Mod1\\_Aula1\\_T1.pdf](file:///C:/Users/uso/AppData/Local/Temp/Temp1_2509921%20(2).ZIP/Aud%20Gov%20%20Módulo%201/Mod1_Aula1_T1.pdf)>. Acesso em: 13 Nov 2017.

KERBER, Carlos Roberto; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Auditoria de avaliação da gestão: um estudo de caso na marinha do Brasil.** Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v.14, n. 54, p. 27-37, Maio/Agosto, 2012. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1337/1234>>. Acesso em: 02 Nov 2017.

MAFRA, Marcelo da Silva; SUAVE, Ricardo; GUILHERME, Jerônimo Taundi; ALBERTON, Luiz. **Características da literatura internacional sobre auditoria governamental.** Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.9, n.23, p. 926-945, Maio/Agosto, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/uso/Downloads/NOTA%20DE%20SAÍDA/LETERATURA%20SOBRE%20AUDITORIA%20GOVERNAMENTAL.pdf>>. Acesso em: 08 Out 2017.

MENDES, Roselaine da cruz; OLEIRO, Walter Nunes; QUINTANA, Alexandre Costa. **A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção.** Revista do

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC, Sinergia, Rio Grande, v.12, n. 2, p. 37-48, 2008. Disponível em: <file:///c:/users/uso/downloads/nota%20de%20saída/auditoria%20corrupção%20no%20brasil.pdf>. Acesso em: 08 Out 2017.

MOMESSO, Ana Carolina; NORONHA, Daisy Pires. **Bibliométrie ou Bibliometrics: o que há por trás de um termo?** Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v.22, n.2, p.118124, abr./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/uso/Downloads/NOTA%20DE%20SAÍDA/BIBLIOMETRIA/BIBLIOMETRIA%20O%20QUE%20HÁ%20.pdf>. Acesso em: 15 Nov 2017.

MOSCARDI, Eduardo; PINTO, Mateus; GOMES, Ewerton; NAKATANI, Marcia. **O uso das revisões bibliométrica, sistemática e integrativa de literatura para compreender o conceito de informação turística.** Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 27/28, 2017. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/7299/5772>. Acesso em: 04 Abril 2018.

OLIVEIRA, Robson Ramos; CARVALHO, Vânia Silva de. **A Produção científica sobre auditoria: um estudo bibliométrico a partir do caderno de indicadores da Capes no período de 2004 a 2006.** Revista Pensar Contábil, v. 10, n. 42, pp. 12-21, 2008.

PORTE, Marcelo de Santana; SAMPAIO, Eliane Silva. **Pesquisa Bibliométrica e Cienciométrica em Auditoria (2002-2013).** REPEC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 9, n. 2, art. 2, p. 143-159, abr./jun. 2015. Disponível em: <www.repec.org.br DOI: http://dx.doi.org/10.17524/repec.v9i2.1183>. Acesso em: 16 Nov. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em: 04 Dez 2017.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge Expedido Gusmão; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo; SILVA, Alan José de Moura; MULATINHO, Caio Eduardo Silva. **Recomendações em auditoria operacional: uma prospecção de fragilidades, com base na inteligência competitiva.** Revista de Administração UFSM, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 191-204, 2010.

SANTOS, Ariovaldo dos; Grateron, Ivan Rircado Guevara. (2003). **Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 14 n. 32, p. 07-22.

VANTI, Nadia Aurora Peres (2002). **Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento.** Revista Ciência da Informação, v. 31 n. 2, p. 152-162. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918>. Acesso em: 15 Nov. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p 43, 45-46.